

NESTA EDIÇÃO

Juiz Fernando Ono empossado novo coordenador do Coleprecor

Em 2 de dezembro, o presidente do TRT do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, foi empossado no cargo de coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs de todo o país, para um mandato anual. A vice-coordenadoria passou a ser exercida pelo presidente do Regional paraibano (13ª Região), juiz Afrânio Neves de Melo. *p. 7*

Auto de Natal e solidariedade

Em 15 de dezembro foi realizado Auto de Natal na Justiça do Trabalho do Paraná. O evento contou com apresentações do Coral Curumim, da Orquestra de Câmara da PUC-PR e da Filarmônica Evangélica de Curitiba; oração do juiz do TRT Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, mensagem cristã do pastor Pio de Carvalho e encenação teatral natalina por servidores da Justiça do Trabalho. Juizes de primeiro e segundo graus entregaram cestas de Natal e presentes a idosos e trabalhadores terceirizados do TRT e das Varas. *p. 6*

Perfil:

Códigos do sentir

Ivanilda Menon, funcionária da Justiça do Trabalho desde 1993, começou a escrever poesias na adolescência, para melhor digerir os sentimentos contraditórios. Já obteve prêmio na categoria "revelação". *p. 8*



Solenidades marcaram o mês de dezembro

Instalada a primeira das 25 novas Varas do Trabalho criadas para o Paraná e inaugurados os Fóruns de Primeiro Grau de Paranavaí e Paranaguá



Juiz Fernando Ono proferindo discurso durante instalação da 2ª Vara do Trabalho de Paranaguá. O ato também marcou a inauguração do novo Fórum local

O presidente do TRT do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, inaugurou em 8 de dezembro a nova sede da Justiça do Trabalho de Paranavaí. Na manhã de 16 de dezembro, foi instalada, também pelo presidente do TRT, a primeira das 25 Varas do Trabalho criadas pela Lei 10.770/2003 para o Paraná - a 2ª de Paranaguá, juntamente com o Serviço de Distribuição de Feitos de Primeiro Grau da localidade. A cerimônia marcou também a inauguração do novo Fórum Trabalhista da cidade. *p. 4 e 5 e Encarte Especial*

ENTREVISTA

Juiz do TRT Luiz Eduardo Gunther
Presidente da Comissão de Regimento Interno

"Reforma do Judiciário: o Tribunal não pode impor ao primeiro grau qualquer solução sobre rito e alçada dos processos que virão dos outros ramos da Justiça". p. 3



PASTILHAS

Concurso para juiz substituto: 1ª fase

Nos dias 4 e 5 de dezembro, foi concluída a primeira fase do 19º concurso público para o cargo de juiz substituto da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Os 1.019 candidatos que tiveram deferida sua inscrição preliminar foram submetidos a provas objetivas de conhecimentos gerais em Direito, nas dependências da Universidade Tuiuti do Paraná. Os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a cinco e que estejam classificados entre os 200 primeiros estarão habilitados à fase seguinte, prevista para fevereiro e que consistirá em prova de conhecimentos específicos.



Projeto de Responsabilidade Social será desenvolvido pelo TRT

As ações voluntárias já iniciadas pelo TRT-PR no campo social (doação de sangue, papel para reciclagem, coleta e distribuição de alimentos, agasalhos, brinquedos) serão ampliadas com a recém-criada Comissão de Responsabilidade Social. Foram designados para integrá-la as juízas Rosalie Michaele Bacila Batista (coordenadora), Sandra Mara Flügel Assad e Ana Maria São João de Moura, e os servidores Alceu Venâncio Junior, diretor do Serviço de Benefícios Institucionais da Secretaria de Recursos Humanos, e Terezinha do Belém Schimuda, da Seção de Assistência Psico-Social. A Comissão irá elaborar, no início de 2005, Projeto de Responsabilidade Social.

Ematra-PR tem destaque em conferência

A Escola de Magistratura Trabalhista do Paraná foi destaque nacional durante o ciclo de palestras promovido pelo TST, nos dias 25 e 26 de novembro, em Brasília. Com o título "Experiências e Perspectivas das Escolas de Magistratura", o evento teve o objetivo de obter subsídios para que o TST formate a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura Trabalhista, prevista pela EC 45/04. Segundo o relato do juiz Leonardo Vieira Wandelli, um dos conferencistas convidados, a Ematra-IX foi escolhida como um dos três exemplos das escolas trabalhistas no país. Além da Ematra, os participantes ouviram os relatos de representantes da Escola Judicial do TRT 3ª Região (MG) e da Femargs (Fundação Educacional de Magistratura do Rio Grande do Sul). Foram ainda conferencistas o ministro Manoel Bellido Aspas e o desembargador federal Carlos Fernando Mathias de Souza, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Escola de Administração Judiciária

A recém-criada Escola de Administração Judiciária do TRT da 9ª Região tem em seu Conselho Administrativo os juizes do TRT Ney José de Freitas (diretor) e Dirceu Buys Pinto Júnior (coordenador). Os demais membros são a juíza do Tribunal Rosalie Michaele Bacila Batista; o titular da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba, juiz Eduardo Milléo Baracat e o juiz substituto José Mário Kohler. O mandato do Conselho coincide com o da Administração do TRT.

Juíza do Trabalho do Paraná integra AMB

Tomou posse, em 16 de dezembro, a nova direção da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, para o período de 2005 a 2007. Na presidência foi empossado o juiz catarinense Rodrigo Collaço. A juíza do trabalho Morgana de Almeida Richa, do Paraná, é a nova vice-presidente cultural. O juiz de direito Roberto Portugal Bacellar foi empossado vice-presidente de cidadania e direitos humanos. Morgana Richa preside a Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná e é titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba.

Confraternizações

Em 10 de dezembro, a Amatra-IX realizou confraternização entre seus associados, no Musik Loft. A diretoria provisória do Sinjutra reuniu, na noite de 14 de dezembro, mais de 700 pessoas em jantar dançante em Curitiba, na Churrascaria Nova Estrela e promoveu no interior dezenas de encontros menores.

AGENDA

- **Miami – EUA** – De 26 a 28 de janeiro será realizada a terceira Conferência Internacional de Arbitragem em Miami - EUA. O tema será: "Técnicas de condução bem-sucedidas: questões processuais e probatórias críticas". A organização está a cargo do escritório norte-americano Steel, Hector & Davis LLP, que no Brasil é associado ao Stroeter, Royster & Ohno Advogados; American Arbitration Association - AAA; Inter-American Bar Association - IABA e Inter-American Commercial Arbitration Commission – IACAC. O local é o Biltmore Hotel - Coral Gables – Florida – EUA Informações: mantich@steelhector.com, aos cuidados de Maggie Antich.
- **São Paulo – SP** – Acontecerá no dia 27 de janeiro o curso "Gestão eletrônica de documentos para o departamento jurídico", que busca fornecer informações sobre a gestão eletrônica de documentos, como organizar arquivos jurídicos e administrativos, controlar prazos, criar relatórios gerenciais confiáveis, integrar processos e fornecedores e reduzir custos na empresa. O evento será no Pestana São Paulo Hotel. Informações: www.ibcbrasil.com.br/gedsp — e-mail: juridico@ibcbrasil.com.br ou telefone (11) 3017-6888.
- **Curitiba – PR** – A ESMAFE – Escola da Magistratura Federal está com inscrições abertas para o teste seletivo para ingresso no curso regular - edição 2005. As inscrições poderão ser realizadas até o dia 15 de fevereiro. Informações: www.apajufe.com.br ou (41) 253-5760.



Sugestões e opiniões para o **Nona**:
(41) 310-7171 / ascom@trt9.gov.br

ENTREVISTA

Juiz do TRT **Luiz Eduardo Gunther**
Presidente da Comissão de Regimento Interno



Implementar as reformas: tarefa da sociedade

Bacharel em Direito e História pela Universidade Federal do Paraná (turma de 1977), Luiz Eduardo Gunther militou na advocacia em Concórdia-SC - sua cidade natal - onde prestava assessoria jurídica a entidades sindicais e de cuja subseção da OAB foi presidente. É autor de obras jurídicas como o "Registro sindical no Brasil" (em parceria com o juiz Ney José de Freitas, do TRT do Paraná), "Transformações em Direito do Trabalho (coordenada em parceria com Aldacy Rachid Coutinho e José Afonso Dallegrave Neto - Ed. Juruá, 2000), "Dicionário trabalhista elementar" (em parceria com a servidora do TRT Cristina Zornig, editora LTr, 2001), "Estudos de Direito do Trabalho" (edição dirigida e experimental, s/ed., 2001), "Regimento Interno do TRT da 9ª Região comentado, com anotações de doutrina e jurisprudência" (Ed. Juruá, 2003, 2ª edição) e "Comentário à Nova Lei de Custas na Justiça do Trabalho" (Ed. Genesis, 2003). Com experiência no magistério superior em variados ramos do Direito, dezenas de artigos publicados em revistas especializadas e tendo participado de outros tantos congressos e simpósios, como conferencista, painelistas ou debatedor, Gunther ingressou na magistratura trabalhista por aprovação em primeiro lugar em concurso público de provas e títulos para o cargo de juiz substituto na 9ª Região, em 1987. Foi promovido por merecimento, respectiva e sucessivamente, à presidência da 1ª JCY de Londrina em 1988 e ao cargo de juiz do TRT Paraná em 1995. Mestre em Direito do Estado pela UFPR, com nota máxima atribuída à defesa da dissertação "Normas da OIT e Direito Internacional" em dezembro de 2000, tornou-se doutor pela mesma instituição em março de 2003, defendendo tese sobre o tema "Resoluções e declarações da OIT: natureza e efeitos", também com nota 10. O juiz preside atualmente a Seção Especializada do TRT, integrando ainda o Órgão Especial e a 2ª Turma. Desde dezembro de 2003, é presidente da Comissão de Regimento Interno da Corte. Aos leitores do **Nona**, o magistrado faz um balanço de seu primeiro ano à frente da CRI e comenta as alterações implementadas pela Reforma do Judiciário na estrutura do Poder e suas possíveis implicações na economia interna do TRT.

Que balanço o senhor faz das atividades da Comissão de Regimento Interno em 2004?

A Comissão de Regimento Interno, durante o ano que passou, teve um papel importante nas atividades do Tribunal. Todas as proposições sempre foram tomadas de forma colegiada pela totalidade dos seus integrantes - titulares e suplentes, que são seis. Também tivemos auxílio do presidente do Tribunal em todos os momentos. Dentre os principais pontos que foram implementados, destacamos o levantamento e a adaptação de um novo sistema de distribuição, levando em conta a absoluta aleatoriedade no que tange àqueles especiais, sem que se possa prever qual será o juiz que receberá o processo. Além disso, foi criado um sistema de distribuição mais equânime entre os juízes da Seção Especializada e das Turmas, o que vem contribuindo para uma melhor harmonia nos trabalhos. Passamos a ter doze distribuições mensais, por ano, de janeiro a dezembro, o que acelera ainda mais os julgamentos. Por outro lado, mudou-se topicamente o Regimento Interno quanto ao agravo regimental, no que diz respeito ao prazo, que passou a ser de oito dias, e permitindo que a parte junte as peças necessárias à compreensão da controvérsia. Além disso, a SE teve sua composição ampliada para 13 juízes (passando o quórum para 8). Deve-se mencionar, ainda, a compreensão de cada um dos componentes da Corte, pois todas as mudanças regimentais, sempre tratadas com muita consideração e respeito, foram aprovadas por unanimidade.

Diante da promulgação da Emenda Constitucional 45, de 2004, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, na sua opinião seriam necessárias muitas modificações no Regimento Interno do TRT do Paraná?

Persistem muitas dúvidas a respeito da Emenda. Embora promulgada em 8 de dezembro, ainda não foi publicada*, havendo previsão de alguns de que o seja em 30 ou 31 de dezembro. Como uma parte da PEC voltou à Câmara, não se sabe se haverá alguma alteração no texto. Talvez seja necessária nova promulgação (a EC 45-A, ou até a EC 45-B, como costuma acontecer com as leis ordinárias. Os juízes do Tribunal estiveram reunidos na tarde de 13 de dezembro para a discussão de questões tópicas, que, em síntese,

foram as seguintes: atividade jurídica de três anos e curso oficial, tendo em vista o concurso público em trâmite; decisões administrativas e o Órgão Especial; distribuição imediata de processos, férias coletivas, recesso judiciário e plantão de juízes. Tratou-se, também da nova competência, que abrangerá as relações de trabalho, penalidades administrativas, ações de indenização por dano moral e material, mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*; ajustamento de dissídios coletivos de comum acordo e ações do exercício de greve e representação sindical. Como a reunião foi apenas de debates, e não de conclusões, temos que aguardar a publicação da Emenda para confirmarmos os aspectos da reforma e a urgência de sua implantação. Uma coisa é certa: seja pela lei que criou as 25 novas Varas, que começaram a ser instaladas (2ª de Paranaguá, a 62ª), seja pela Reforma do Judiciário, serão necessárias diversas e profundas reformulações no Regimento Interno, o que só poderá ocorrer gradativamente.

Ações envolvendo conflitos entre entidades sindicais saem da esfera de competência do Judiciário Estadual (como tantas outras) para serem abarcadas pela Justiça do Trabalho. O senhor acredita que o rito procedimental deva ser mantido, nos moldes do CPC, ou seria factível supor que os TRTs, em sede regimental, pudessem estabelecer ordem de serviço específica (complementar), como já ocorre com outras espécies de processos?

Os três aspectos que estão merecendo maior preocupação na Reforma são as penalidades administrativas - como devem ser cobradas - as ações envolvendo conflitos entre sindicatos e aquelas abrangendo as relações de trabalho. Quanto a estas, por exemplo, a primeira dúvida que surge com a redação do inciso I do art. 114, em face da EC 45, é se abrange ou não os estatutários. Pelo texto frio da norma parece que sim, mas existe um movimento entre os juízes federais e estaduais para questionar esse entendimento, inclusive perante o STF. Outra dúvida é qual o limite da expressão "relação de trabalho". Será necessário um debate profundo a respeito. Quanto às ações que envolvem os sindicatos, o leque é amplo, desde aquelas que impugnam a criação dos entes sindicais, até

questões envolvendo suas assembleias e cobrança de valores por trabalhadores sindicalizados ou não. Não é razoável que se tenha posição formulada sobre o rito procedimental a ser adotado nessas ações, por ora. A única preocupação externada pelos juízes na reunião havida foi no sentido de evitar a adoção de medidas drásticas de imposição de ritos especiais sem o conhecimento prévio pelas partes, especialmente em relação àqueles processos que estão vindo da Justiça Estadual. Nós devemos receber, a partir da publicação da Emenda, muitos processos da Justiça Estadual e também da Federal. Haverá um período de adaptação, como ocorreu logo após a promulgação da Carta de 1988. O Tribunal não pode impor aos juízes do primeiro grau qualquer solução a respeito de qual o tipo de processo, rito e alçada, por exemplo. O ideal seria a realização de um seminário onde todas essas questões possam ser debatidas e resolvidas. Parece que a Amatra-IX estará realizando em março de 2005 um encontro a esse respeito. Por ora, não temos uma solução para esse problema no Regimento, cujas regras procedimentais são mais aplicáveis ao TRT e não às Varas.

A CF-88 sofre recorrentes críticas, segundo as quais alguns de seus dispositivos seriam "inexequíveis". A previsão de que "o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população", tal como se encontra na redação do art. 93, XIII, não corre o risco de sofrer a mesma crítica, diante da insuficiência de recursos orçamentários?

Se a Emenda fala que o número de juízes deve ser proporcional à efetiva demanda judicial e a respectiva população, temos requisitos objetivos. Embora possa parecer uma coisa inexequível, pode-se, concreta e objetivamente, exigir o cumprimento da norma através de dados estatísticos. Bastaria saber qual o número de pessoas que demandaria a presença de um juiz. Acho a inovação interessante, mas precisa ser exercitada pela sociedade, através das associações, Tribunais, juízes, população e imprensa.

* - Nota do **Nona** - Esta entrevista foi concedida em 14 de dezembro, quando ainda dependia de publicação a EC 45/2004.

Inaugurada nova sede da Justiça do Trabalho de Paranavaí

O presidente do TRT do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, inaugurou em 8 de dezembro, na presença do então prefeito Deusdete Ferreira de Cerqueira, a nova sede da Justiça do Trabalho de Paranavaí.

À solenidade compareceram quatro outros juízes do TRT - o corregedor regional Nacif Alcure Neto, o ex-presidente Lauremi Camaroski, Rosemarie Diedrichs Pimpão e Márcio Dionísio Gapski - recepcionados pelo titular da Vara do Trabalho anfitriã, juiz Sidnei Lopes. Estiveram presentes ainda os também titulares Pércles Ferreira Cortes (Arapongas), Adayde Santos Cecone (10ª de Curitiba), Manoel Vinícius de Oliveira Branco (5ª de Londrina) e Neide Akiko Fugivala Pedrosa (3ª de Londrina) e os substitutos Júlio Ricardo de Paula Amaral (em exercício na Vara de Paranavaí), Emilia Simeão Albino Sako, Liane Maria David (esta representando a Amatra-IX) e José Márcio Mantovani.

Foram homenageados na ocasião os ex-titulares da Vara do Trabalho. Além dos já mencionados Rosemarie Pimpão (a primeira) e Márcio Gapski, estiveram presentes os juízes aposentados Ascendino Geraldo de Carvalho e Iolanda Zago Maricato.

Dezenas de autoridades locais prestigiaram a cerimônia, como o presidente da Câmara Municipal,

vereador Nivaldo Aparecido Mazzin e o promotor de Justiça Adriano Zampieri Calvo. Também esteve presente o prefeito eleito para o quadriênio 2005/2008, Maurício Yamakawa.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o presidente da OAB - Subseção de Paranavaí, Itacir Biazus, que fez uma digressão histórica da Vara do Trabalho, desde a campanha para sua criação (que ocorreu em agosto de 1986) até os tempos atuais. O superintendente de negócios da Caixa Econômica Federal em Maringá, Ruy Barone, enfatizou os múltiplos benefícios dos convênios firmados com o TRT, que têm proporcionado a aceleração de obras de construção, reforma e adaptação de imóveis da Justiça do Trabalho em todo o Paraná, ao tempo em que direciona recursos dos depósitos judiciais a uma instituição comprometida com o financiamento habitacional para as camadas de menor renda da população brasileira. O gerente da agência Paranavaí do Banco do Brasil, Sérgio Paulo Botter, por seu turno, sublinhou a parceria entre os diversos órgãos e entidades para a consecução de objetivos comuns ou complementares, voltados ao bem-estar da população.

Falando em nome do então prefeito, Deusdete Cerqueira, o procurador jurídico Carlos Teodoro Soster destacou o re-



O presidente do TRT, juiz Fernando Eizo Ono e o então prefeito de Paranavaí, Deusdete Ferreira de Cerqueira

levante papel exercido pelo Legislativo da cidade, que aprovou em apenas 72 horas o projeto de lei de iniciativa da Prefeitura, de doação do terreno de 2.600 m2 em que foi edificada a nova sede de 803 m2.

O juiz Sidnei Lopes, em seu pronunciamento, fez elogiosas referências ao ex-presidente do TRT Lauremi Camaroski, em cuja gestão (2001/2003) foi elaborado o projeto arquitetônico e de engenharia e à atual administração da Corte, que o executou.

O juiz Fernando Ono saudou a comunidade de Paranavaí e dos outros 30 municípios jurisdicionados pela conquista, lembrando a duplamente feliz circunstância de a inauguração coincidir com a data da promulgação da Emenda Constitucional que reformula em variados aspectos o Poder Judiciário e com o feriado do Dia da Justiça. Falou de sua convicção de que dias melhores virão a partir das inovações introduzidas pela reforma, notadamente em função da criação de um fundo garantidor de execuções trabalhistas e fez elogiosa menção ao seu antecessor, aos Poderes Executivo e Legislativo de Paranavaí, às



Na primeira imagem, o então prefeito Cerqueira, juízes Ono e Camaroski, o então prefeito eleito Yamakawa e juiz corregedor Nacif Alcure Neto; na segunda, Mounir Chaowiche (Caixa), Amir Martins, Sandro Furtado (diretor da SA), Osman Silva (diretor-geral), Antonio Gondim e Benedy Oliveira (diretor SEA); na última, juízes, servidores e autoridades locais acompanhando a solenidade



Autoridades e convidados acompanham a fala do procurador jurídico da Prefeitura durante a cerimônia



Coube ao juiz Sidnei Lopes e ao então prefeito Deusdete Cerqueira o descerramento da placa inaugural



Juiz Fernando Eizo Ono (presidente do TRT), cortando a fita inaugural do novo Fórum

instituições bancárias oficiais que contribuíram para a execução da obra, aos juízes em exercício na unidade e aos servidores da Secretaria Administrativa e da Vara do Trabalho. Expressou, ao final, seu desejo de que a nova sede se constitua efetivamente em “casa da conciliação e templo da Justiça”.

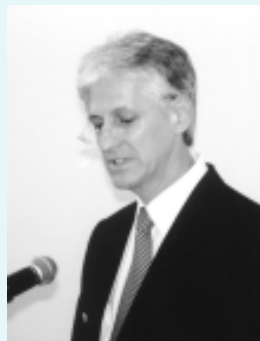
Em seguida à fala presidencial, o bispo diocesano de Paranavaí, Dom

Sérgio Aparecido Colombo, procedeu à bênção das instalações. Coube ao juiz Sidnei e ao então prefeito Cerqueira o descerramento da placa alusiva ao evento. Ao final, o juiz Ono cortou a fita inaugural e os presentes passaram a conhecer as novas instalações.

À noite, houve jantar oferecido pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, ao qual compareceram cerca de 300 convidados.



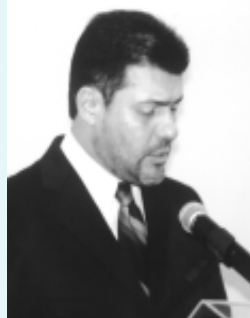
Pronunciamento do juiz Fernando Eizo Ono, presidente do TRT, durante a solenidade de inauguração da nova sede



Itacir Biasus, presidente da OAB - Subseção de Paranavaí; Ruy Barone, superintendente de negócios da Caixa em Maringá; e Sergio Paulo Botter, gerente da agência de Paranavaí do Banco do Brasil, durante seus discursos



O advogado Edvino Joaskowiak e os juízes Fernando Ono (presidente do TRT), Adayde Cecone (10ª de Curitiba), Rosemarie Pimpão (TRT), Ascendino Carvalho e Iolanda Maricato (aposentados)



Carlos Teodoro Soster, procurador jurídico da Prefeitura de Paranavaí, falou em nome do Município



Benedito Pinto Dias (ex-prefeito), juíza Rosemarie Pimpão (TRT) e “Dora” Fernandes, diretora da Vara do Trabalho



Servidores da Vara do Trabalho de Paranavaí e familiares, no jantar de confraternização



Discurso do titular da Vara de Paranavaí, Sidnei Lopes



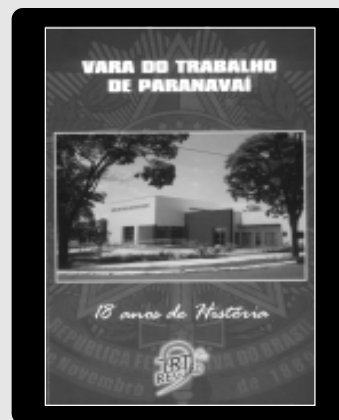
Bispo Dom Sérgio Colombo, durante sua bênção

Livro conta histórico da Justiça do Trabalho

Foi lançado em 16 de dezembro o livro “Vara do Trabalho de Paranavaí - 18 anos de história”, nas novas instalações da unidade. A obra foi organizada pelo servidor José Aparecido Cauneto e patrocinada pelo Banco do Brasil.

O livro tem apresentação do juiz-presidente do TRT, Fernando Eizo Ono, e introdução de autoria do juiz titular da Vara do Trabalho de Paranavaí, Sidnei Lopes. Nele há uma breve retrospectiva histórica, geográfica, econômica e social do município. A seguir, há um relato digressivo da evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no país e no Paraná, desde suas origens, passando pela Era Vargas, o período pré-revolucionário, a fase do regime militar e o retorno à democracia, com os sucessivos planos econômicos que marcaram os 18 anos. Toda uma linha do tempo conta a história da instituição em Paranavaí, a partir do movimento iniciado em 1983 e que resultou na criação da então denominada Junta de Conciliação e Julgamento, até a recentíssima inauguração do novo Fórum, que também abrigará a futura 2ª Vara. Seguem-se biografias resumidas dos juízes Rosemarie Pimpão, Ascendino Carvalho, Iolanda Maricato, Márcio Gapski, Adayde Cecone, Rosiris Amado Ribeiro, Giana Tozetto, Paulo Boal, Valéria Franco da Rocha e Sidnei Lopes - todos titulares na Vara. A obra traz nominata dos 31 juízes substitutos que tiveram exercício na unidade, os 20 juízes classistas, de 1986 a 2001; os 65 servidores e ex-servidores efetivos, desde a instalação, em 29/08/1986 e os seis servidores que, por curto período, estiveram cedidos pela municipalidade local.

Completam a obra informações estatísticas processuais, depoimentos do advogado Mamoru Fukuyama, da juíza Valéria Franco da Rocha e as homenagens dos servidores Christina Kneib, José Roberto Martins e Luiz Eduardo Hirata aos juízes Rosemarie Pimpão, Ascendino Carvalho e Iolanda Maricato, respectivamente. Nos anexos do livro, há extratos de processos históricos e dados sobre o novo fórum.



Auto de Natal encerra atividades da Justiça do Trabalho no Paraná em 2004

O encerramento das atividades anuais da Justiça do Trabalho no Paraná foi marcado pela realização de Auto de Natal, com apresentações musicais, atos religiosos, peça teatral e entrega de presentes no anexo do Fórum de 1º Grau de Curitiba, no final da tarde de 15 de dezembro.

A edição 2004 do Auto de Natal, que pelo terceiro ano consecutivo foi patrocinado pelo Banco do Brasil, contou com oração proferida pelo juiz do TRT Sérgio Murilo Rodrigues Lemos e mensagem cristã do pastor Pio de Carvalho, da Comunhão Cristã ABBA.

Houve também apresentações da Orquestra de Câmara da PUC-PR, do Coral Curumim e da Orquestra Filarmônica Evangélica de Curitiba. Foi encenado, ainda, Auto de Natal pelo grupo “Retirados da Pauta”, formado por 15 servidores da Justiça

do Trabalho do Paraná em Curitiba.

O Concerto de Natal da Orquestra de Câmara da PUC-PR e do Coral Curumim apresentou 12 canções. Dentre as músicas executadas estavam Voz do Amanhã, Natal Verde e Amarelo, Anel Máximo e Nem as Flores São Iguais, além de canções natalinas clássicas. O Coral Curumim e a Orquestra da PUC-PR foram regidos por Joyce Todeschini e pelo maestro Paulo Torres.

A Orquestra Filarmônica Evangélica de Curitiba apresentou-se com grande parte de seus componentes (músicos iniciantes, alguns em grau médio, outros, em grau avançado e alguns profissionais), de várias idades. A regência foi de Sandy Simmons, missionária norte-americana radicada no Brasil, que possui doutorado em música e graduação em teologia.



Encerrando o evento, a vice-presidente do TRT, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva (foto), iniciou a entrega de cestas de Natal a trabalhadores terceirizados que atuam no Tribunal e nas Varas e aos assistidos pelo Centro de Amparo aos Idosos Jesus Maria José. Os presentes resultam de trabalho da Comissão de Responsabilidade Social, coordenada pela juíza Rosalie Michaelae Bacila Batista, que fez arrecadação entre juízes e servidores. A juíza Sandra Assad (que também integra a Comissão) e sua irmã Nadja Flügel apoiaram o grupo teatral.



Na fotografia à esquerda, os juízes Nacif Alcure Neto (corregedor regional), Pretextato Ribas Neto (aposentado, ex-presidente do TRT), Wanda Silva (vice-presidente) e Sérgio Lemos; ao centro, a orquestra da PUC à frente do Coral Curumim, em destaque na foto da direita



Mais de 300 pessoas compareceram à edição 2004 do Auto de Natal. Ao centro, o juiz Sérgio Murilo pronunciando oração; à direita, o pastor Pio de Carvalho, da Comunhão Cristã ABBA, transmitindo mensagem alusiva ao Natal



Servidor Ubiracy Godoy, que integra a Orquestra Filarmônica Evangélica e musicou, com solo de harpa, as falas religiosas



Apresentação do grupo teatral “Retirados da Pauta”, que encenou peça natalina enfocando desigualdade social e solidariedade



Juíza Rosalie entrega cesta de Natal a Solange Santos (de empresa terceirizada); juíza Fátima presenteia assistida do Centro de Amparo

SOLIDARIEDADE EM CASCAVEL

Servidores do Fórum da Justiça do Trabalho de Cascavel também mobilizaram-se neste Natal, promovendo a campanha “Seja um Papai Noel de uma criança carente”. Cartas encaminhadas aos correios e endereçadas ao “bom velhinho” foram divididas entre os servidores daquela unidade. Nessa primeira mobilização, algumas crianças foram presenteadas com brinquedos e alimentos, entre eles duas bicicletas, um violão e cestas de Natal.

Juiz Fernando Ono é empossado coordenador do Colepregor

Em 2 de dezembro, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, foi empossado no cargo de coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs de todo o país, para um mandato anual. A vice-coordenadoria passou a ser exercida pelo presidente do TRT paraibano (13ª Região), juiz Afrânio Neves de Melo.

A posse aconteceu no Rio de Janeiro, durante a 8ª Reunião Ordinária do Colepregor. Após os discursos dos novos coordenadores os trabalhos tiveram início. Houve palestras abordando diversos temas, dentre os quais

a competência da Justiça do Trabalho na Reforma do Judiciário.

O presidente do TST, ministro Vantuil Abdala, participou do segundo dia da reunião. No dia 3, o TRT da 1ª Região condecorou com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário 163 personalidades que prestaram serviços relevantes à Justiça do Trabalho, em especial ao TRT do Rio.

O Colepregor, que reúne os dirigentes dos 24 Regionais, tem por objetivo intermediar as relações da Justiça do Trabalho e outros Poderes e instituições, sem prejuízo da representatividade do Tribunal Superior do Trabalho.



Juiz Fernando Ono assinando termo de posse, tendo à sua esquerda o corregedor regional, juiz Nacif Alcure Neto. No alto, o juiz Ono presidindo a reunião, tendo à sua direita o presidente do TST, ministro Vantuil Abdala.

Em Francisco Beltrão

Tribunal do Júri cede espaço para audiências da Vara do Trabalho

As audiências do dia 22 de novembro de 2004 na Vara do Trabalho de Francisco Beltrão (PR) tiveram uma peculiaridade – foram realizadas no Tribunal do Júri e constituíram-se, literalmente, em aula.

A solução encontrada pela juíza titular da Vara do Trabalho, Ilse Marcelina Bernardi Lora, foi estratégica para que cerca de 130 alunos, em fase de estágio no curso de Direito, pudessem assistir aos atos processuais.

A juíza Ilse destaca que se valeu da prerrogativa do § 1º, art. 813 da CLT, que autoriza em casos especiais a designação de outro local para a realização das audiências. A Justiça Estadual cedeu o espaço especialmente para o ato.

“Existem, na cidade de Francisco Beltrão, três cursos de Direito e os alunos de duas escolas encontram-se em fase de estágio. São pelo menos 180 acadêmicos, que devem assistir a quatro audiências trabalhistas no semestre, conforme exigência das instituições de ensino”, conta a magistrada. “O espaço físico da Vara do Trabalho não permite a presença de número considerável de alunos”, frisa.

Para a realização das audiências, foi necessário instalar equipamento de som e deslocar os servidores Denize Cecchin, Aírton Cecchin, Luiz Carlos Thomazzi e



A audiência trabalhista lotou as dependências do Tribunal do Júri em Francisco Beltrão

Eloir Morelato, da Vara do Trabalho, para organizar e assessorar os trabalhos no Tribunal do Júri.

Antes de iniciar cada audiência a juíza Ilse explicou aos acadêmicos a matéria discutida nos autos, para que os alunos pudessem acompanhar, com maior proveito, o desenrolar da sessão.

A magistrada revelou que o resultado foi gratificante, uma vez que os acadêmicos das duas instituições de ensino puderam cumprir o requisito do curso em tempo hábil, bem como relataram a satisfação com a experiência de estabelecer o necessário elo entre a teoria e a prática.

INFORMATIZANDO

Coluna da Secretaria de Informática do TRT-PR

Módulo de Saúde

O Serviço de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos da Secretaria de Informática está implantando na Seção Médico-Odontológica e de Higiene e Segurança no Trabalho um novo componente do Sistema de Recursos Humanos.

O Módulo de Saúde, como é denominado, possui ampla integração com os demais módulos do Sistema RH. Permitindo rápida consulta à base de dados daquele sistema, o Módulo de Saúde tem por objetivo principal agilizar a emissão de relatórios e o lançamento de licenças médicas, bem como permitir a realização de agendamento de atendimentos no próprio sistema, além de proporcionar tratamento estatístico para esses dados.

Também encontra-se integrada à base de dados do Módulo de Saúde a consulta à CID-10 - Classificação Internacional de Doenças, 10ª Revisão - já utilizada anteriormente por aquela Seção. A plataforma utilizada para desenvolvimento deste novo componente do Sistema RH é o banco de dados Oracle, utilizando-se ferramentas de desenvolvimento da própria empresa desenvolvedora do software. Tanto o banco de dados como as ferramentas são os mesmos que servem ao desenvolvimento do Sistema de Recursos Humanos e do Sistema de Material e Patrimônio do TRT (Serviço de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos), bem como ao desenvolvimento do Sistema de Informações Processuais de primeiro e segundo grau (Serviço de Desenvolvimento de Sistemas Judiciários).

PERFIL
Ivanilda Menon


Códigos do sentir

Ivanilda Menon é funcionária da Justiça do Trabalho desde 1993. Ingressou na 23ª Região (Cuiabá-MT) e, dois anos mais tarde, transferiu-se para o 9º Regional através de permuta, tendo sido lotada em Maringá, onde permanece até hoje.

Natural de Cornélio Procópio, mãe de três filhos e avó de um garoto, por quem se assume corujíssima, ela vai cursar em 2005 o 4º ano de Direito nas Faculdades Maringá.

A colega conta que começou a escrever poesias na adolescência,

como maneira encontrada para melhor digerir os sentimentos contraditórios típicos dessa fase e, desde então, nunca mais parou. Já obteve, inclusive, prêmio na categoria "revelação" em concurso promovido pelo Clube da Poesia de Maringá.

Ela diz que não tem horário certo para escrever, dependendo tão somente da comunhão entre estado de espírito e inspiração num determinado momento. Algumas vezes aconteceu de acordar com uma poesia pronta, bastando apenas transcrevê-la para o papel.

**"Sonho e sei...
...sua imagem mal se forma e já me envolve,
encanta-me enfeitiça-me,
tira-me o chão!

e, ainda que as nuvens se movam,
e, ainda que as formas mudem e as cores iludam em sonho, és meu.

só de sonhos vivo eu!"**

Também não se atém a um único tema: qualquer assunto, por mais corriqueiro que pareça, pode render um poema.

Para o futuro, Ivanilda pretende compilar toda a sua produção poética e publicá-la em livro. Planeja fazer o mesmo com as histórias infantis que criou para ninar seus filhos e que ainda não se dispôs a escrever. Também ambiciona escrever artigos jurídicos, quando terminar a faculdade. Afora isso, aspira apenas continuar desfrutando dos pequenos prazeres da vida, como pescar no Pantanal, ler, curtir a família e, claro, sonhar sempre, porque, em suas próprias palavras... (vide poesia no olho da matéria). ■

São Mateus do Sul sedia primeira audiência da Vara itinerante de União da Vitória

A data 25 de novembro de 2004 entra para a história da Justiça do Trabalho no município de São Mateus do Sul (PR). Nela foi realizada a primeira audiência da Vara do Trabalho itinerante de União da Vitória (PR), que além da jurisdição sobre o respectivo município, abrange os de Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e o referido município de São Mateus do Sul.

"Era um desejo da comunidade local que agora está se concretizando. Havia grande dificuldade da população ingressar com uma ação trabalhista, em face da distância entre o município de São Mateus do Sul e a Vara do Trabalho de União da Vitória", relatou o juiz titular da Vara do Trabalho, Marcos Eliseu Ortega. "Muitas vezes esses trabalhadores não têm condições de pagar a própria passagem", enfatizou.

"As audiências foram realizadas no Fórum de São Mateus do Sul e presididas pelo juiz substituto da Vara do Trabalho de União da Vitória, Daniel Roberto de Oliveira, em espaço cedido

para a sessão, através do apoio da juíza de Direito, Inês M. Zarpelon", conta o juiz titular Ortega, que na ocasião se encontrava em férias, mas acompanhou os trabalhos.

O juiz Ortega sensibilizou-se com o alcance do objetivo comum e relatou a trajetória dos apoios recebidos, os quais viabilizaram a realização das audiências no Fórum de São Mateus do Sul. "O pedido foi feito, primeiramente, pelo presidente da subseção da OAB (PR) em União da Vitória, Gilberto Tadeu Dombroski, depois, formalizado pela representante da subseção em São Mateus do Sul, Djenane Fayad. Também contamos com o apoio de alguns advogados trabalhistas atuantes na região, a exemplo de Genesi Bettanin e Argos Fayad", relata.

A partir de agora as audiências passam a ser realizadas mensalmente, abrangendo a cidade de Antônio Olinto,



Audiência em São Mateus do Sul, realizada pela Vara itinerante. No detalhe, juízes Marcos Ortega (titular, em pé) e Daniel Oliveira (substituto)

município inserido na jurisdição da Vara de União da Vitória", acrescenta o titular.

"A administração do Tribunal Regional do Trabalho, consciente da necessidade de agilização da prestação jurisdicional trabalhista, apoiou totalmente a efetivação da iniciativa. Mesmo porque, toda a comunidade de São Mateus do Sul será beneficiada, quer sejam empregados ou empresários, uma vez que viabilizará tanto a reivindicação de direitos como a resolução de pequenas questões trabalhistas", finalizou o magistrado trabalhista.

Convênio com instituições financeiras para empréstimo

INSTITUIÇÕES	CONTATOS	FONES
Banco Real ABN Amro Bank	Frederico M.Lopes / Cinthia Adriana	(41) 322-6111
Banco Alfa S/A	Mário Ribeiro da Silva	(41) 222-7600 / 222-7307
Banco BMG S/A	José Eustáquio dos Santos	(41) 221-4421
Banco do Brasil S/A	Márcia V. Marcellino/ Dolores Pilz	(41) 310-7101
Banco Sudameris do Brasil S/A	Ademir de Souza	(41) 352-8844
Caixa Econômica Federal	Rosana P. Ribeiro/ Nereu Leineker	(41) 310-7104
Paraná Banco	Maria Izabel Couceiro Barros	(41) 3028-9850